



Plenário deve votar PECs sobre redução de gastos e ajuste fiscal

Outras propostas na pauta da semana tratam de controle interno, precatórios, apoio a mulheres e parceria entre indústrias e produtores rurais

A pauta do Senado tem cinco propostas de emenda à Constituição. Uma delas desvincula 25% das receitas dos estados, do DF e dos municípios e será votada em segundo turno. As outras tratam do controle interno da administração pública, de financiamento para pagamento de precatórios, da restrição ao número de cargos comissionados e do amparo à mulher vítima de violência. Também estão em pauta um projeto que regulamenta a parceria entre produtores rurais e indústria e outro que estabelece limite à dívida consolidada da União. **3**



Marcio Matiz/Agência Senado - 13/4/2016

Plenário votou proposta sobre desvinculação de receitas de entes federativos em primeiro turno na quarta-feira e deve concluir a votação na reunião de amanhã



Gerardo Migeles/Agência Senado

Secretaria do Congresso recebe proposta entregue por servidor da Presidência

Congresso começa a examinar LDO de 2017, com superavit zero para União

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define as regras para o Orçamento da União de 2017, foi entregue pelo Executivo, na sexta-feira, com cenário de crescimento da economia de 1% e queda

na taxa básica de juros e na inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Não há previsão de esforço fiscal da União para pagar juros nem de aumento real do salário mínimo. **3**

Anteprojeto do novo Código de Aeronáutica está pronto

Os especialistas da Comissão da Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica concluíram na sexta-feira o texto do anteprojeto. Após ajustes de técnica legislativa, será marcada a entrega do relatório final ao Senado. O presi-

dente da comissão, Georges Ferreira, disse que o novo código deve gerar mais concorrência, permitindo preços mais baixos. Ele ainda apontou a redução da burocracia, que deve dar mais dinâmica para o setor aéreo. **3**



Pedro França/Agência Senado

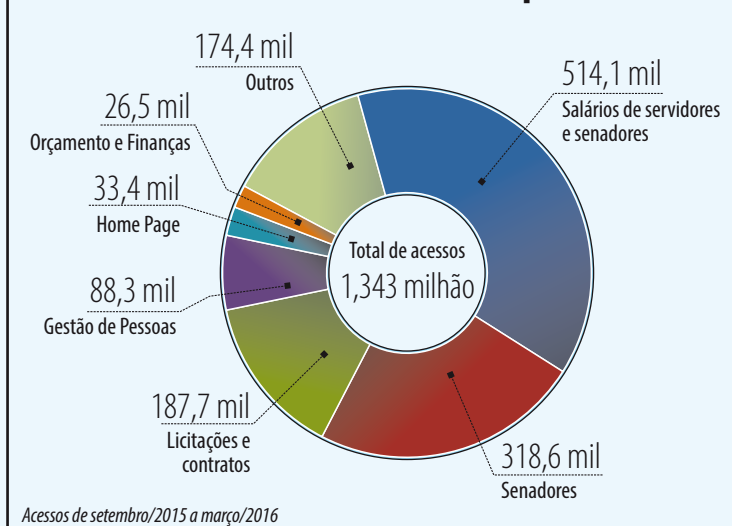
Georges Ferreira (à mesa) preside reunião de conclusão dos trabalhos da Comissão do Código de Aeronáutica



Acompanhar contratações será mais fácil

Nova ferramenta do Portal da Transparência vai permitir ao cidadão acompanhar de forma mais intuitiva todo o processo de pagamento das contratações do Senado. Licitações é a terceira seção mais buscada no site. **2**

Os acessos do Portal da Transparência



Impeachment domina debates no Plenário

Enquanto a Câmara dos Deputados discutia, na sexta-feira, o parecer favorável à abertura de processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o tema também dominava os debates no Plenário do Senado.

Senadores da base de apoio ao governo e da oposição se alternaram na tribuna para defender ou condenar o eventual afastamento da chefe do Executivo. **4**

Nova programação musical é atração da Rádio Senado

Clássicos da música popular brasileira, rock nacional e novos talentos marcam a nova programação musical da Rádio Senado, que busca se aproximar ainda mais do ouvinte. Criada para levar ao público informações sobre as atividades legislativas do Senado, a Rádio também abre espaço para a produção musical brasileira, entre as transmissões de sessões e reuniões e as notícias. **2**

Ferramenta que será lançada até o meio do ano permite ao cidadão acompanhar todo o processo de pagamento das contratações. Cidadão pode pesquisar licitações da Casa por tipo ou empresa

Acesso a dados de contratos do Senado ficará mais fácil



O SENADO PUBLICARÁ em seu Portal da Transparência, ainda no primeiro semestre, uma nova ferramenta que possibilitará ao cidadão acompanhar, de forma mais intuitiva, o processo de execução orçamentária de todas as contratações da instituição, incluindo contratos e notas de empenho. A solução incluirá o empenho, a liquidação e o pagamento, informações já disponíveis no portal, mas em locais diferentes.

Para o diretor da Secretaria de Administração de Contratações, Rodrigo Galha, a transparência propicia o conhecimento da conduta interna do órgão.

— Essa publicidade atinge os atos concluídos e em instrução, os editais das licitações e os contratos com quaisquer interessados, além de informações relativas à execução e ao pagamento dos diversos tipos de avenças. A publicidade, de forma clara e facilitada, é requi-

sito de eficácia e moralidade do ato administrativo.

A novidade segue a tendência do Portal da Transparência, de facilitar o acesso às informações. Segundo a diretora-adjunta da Secretaria da Transparência do Senado, Liu Pereira, antes da criação do portal havia muita informação, mas a navegação era pouco funcional:

— A política que a gente tem adotado é a de aumentar o que a gente chama de transparência ativa para que, cada vez menos, as pessoas precisem entrar em contato com o Senado para obter uma informação. Essa informação já está ali, disponível no portal.

Licitação

Membro do comitê gestor do site do Senado, Washington Brito ressaltou que todos os contratos assinados pela Casa estão no site. São mais de 600 contratos vigentes, com informações sobre valores, modelo de licitação, datas de assinatura, publicação e vigência.

Ao acessar o portal, os interessados podem pesquisar

pelo objeto do contrato e pelo nome ou CNPJ da empresa, além de filtrar a busca pela espécie, como convênio ou cessão de uso. É possível ainda buscar exclusivamente aqueles relativos à mão de obra.

O site oferece também a relação das empresas contratadas em ordem alfabética.

Portal

O Portal da Transparência foi criado em 2009 para organizar as informações então disponibilizadas de forma dispersa pelo site da Casa. A diretora-adjunta da Secretaria de Transparência se orgulha ao afirmar que nenhum outro órgão público oferece hoje a mesma quantidade de conteúdo transparente que o Senado.

Levantamento da Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado indicou que a seção de licitações e contratos é a terceira mais vista do portal. Foram mais de 187 mil acessos entre setembro de 2015 e março de 2016.

Veja o site: www.senado.leg.br/transparencia

Rádio Senado muda programação musical

Com o objetivo de se aproximar ainda mais do ouvinte, a Rádio Senado lançou nova programação musical.

Criada para levar ao público informações sobre as atividades legislativas da Casa, a Rádio tem como modelo básico de funcionamento a transmissão ao vivo de sessões plenárias e reuniões de comissões, além de informação, música e serviços. No entanto, é reconhecida pelo espaço que abriu para a produção musical brasileira. Por semana, são tocadas cerca de 1,4 mil músicas.

A nova programação mistura clássicos da MPB a bandas do rock nacional, sem esquecer novos talentos.

— Começamos a trabalhar

com nova orientação da Secretaria de Comunicação Social. A diretora, Virgínia Galvez, nos pediu uma programação musical mais voltada ao público que gosta de MPB, com músicas que você pode cantar junto. Fizemos essa mescla de estilos — diz o diretor-adjunto da Rádio, Vladimir Spinoza.

Além de transmitir ao vivo as sessões e as reuniões do Senado, a emissora converte as discussões e as decisões em material jornalístico para garantir que a informação chegue ao cidadão. E a música complementa a programação, que vai ao ar 24 horas por dia.

— Colocamos música para terminar de montar a grade. Não desligamos o transmissor

em momento algum. Usamos a música como forte instrumento de aproximação com o ouvinte — diz Spinoza.

A Rádio tem cinco programas musicais: *Brasil Regional*, *Cena do Samba*, *Escala Brasileira*, *Improviso* e *Som Temporâneo*. Produção inédita de cada um deles vai ao ar semanalmente, com reprises à noite e nos fins de semana. Além deles, há o *Hora de Ouro*, faixa musical destinada a recordar o melhor do rádio nos anos 50 e 60.

A Rádio é transmitida em Brasília, na frequência 91,7 MHz, e em mais nove capitais. O sinal está disponível pela internet. Outras informações estão no site www.senado.leg.br/radio.

Em relatório, Benedito apoia decisões da CPI do Futebol sobre convocações

Em relatório apresentado na sexta-feira à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Benedito de Lira (PP-AL) deu parecer contrário à realização de nova votação de requerimentos que convocam dirigentes da CBF a depor, aprovados na CPI do Futebol.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs a nova votação após questão de ordem levantada no Recurso 6/2016 por Ciro Nogueira (PP-PI), alegando que a vo-

tação ocorreu sem quorum e deveria ser invalidada. Para Benedito, a votação não feriu o Regimento Interno.

— Na reunião, seis senadores deram presença. Havia quorum. E o presidente da CPI, ao submeter os requerimentos a votação, aprovou porque ninguém contestou. Não foi pedida votação nominal nem verificação de quorum na hora da votação — disse.

O parecer será votado pela CCJ e, depois, em Plenário.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEG
TER
QUA

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos da Mesa Diretora.

CCT Parque tecnológico

8h45 A comissão faz audiência para debater o Parque Tecnológico do Distrito Federal. Entre os convidados, representantes do Ministério da Ciência e do governo do DF.

CMA Sustentabilidade

9h30 Na pauta, projeto sobre adoção de práticas de construção sustentável e proposta que fixa meta de participação de fontes renováveis na matriz energética para 2040.

CAE Crise nos estados

10h Audiência interativa sobre a crise financeira dos estados e as propostas do Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal do governo federal. Entre os convidados, representantes do Ministério da Fazenda e da Universidade de Campinas.

CONSELHO DE ÉTICA Delcídio

10h Depoimento do senador Delcídio do Amaral no Conselho de Ética.

MP 700/2015 Desapropriação

11h Análise de relatório da MP, que altera normas sobre desapropriações por utilidade pública.

MP 707/2015 Dívida de agricultores

11h Exame de relatório da MP, que permite a renegociação de dívidas de agricultores e caminhoneiros.

CE Lei Rouanet para universidades

11h30 O PLS 472/2015, que inclui projetos de instituições públicas de ensino superior entre os beneficiários da Lei Rouanet, e mais 12 propostas estão na pauta.

MP 714/2015 Tarifa aeroportuária

14h30 Análise do plano de trabalho da comissão responsável pela medida, que extingue o adicional de tarifa aeroportuária.

CAS Santas casas

9h A comissão analisa, entre outros, o PLS 744/2015, que cria programa de crédito para santas casas e hospitais filantrópicos, e turno suplementar do PLS 120/2015, que restringe a venda de anabolizantes.

CDR Minha Casa, Minha Vida

9h Pauta inclui o PLS 331/2015, que reserva cota de 5% do Minha Casa, Minha Vida para trabalhadores da construção civil e mais três propostas.

CCJ Homicídio de idosos

10h Reunião deliberativa tem 46 itens na pauta. Entre eles, o PLS 373/2015, que torna hediondo o crime de homicídio de idosos, e o PLS 204/2015, que majora a pena do crime de poluição de manancial de água.

CE Currículo Pediátrico Global

11h Audiência pública interativa para debater o Currículo Pediátrico Global. Entre os convidados, estão representantes da Sociedade Brasileira de Pediatria e do Ministério da Educação.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ajuste fiscal e redução de despesas estão na pauta

O Plenário esta semana deve analisar PECs sobre desvinculação de receitas de estados e municípios, controle interno, cargos comissionados, apoio a vítimas de violência e financiamento de precatórios

CINCO PROPOSTAS DE emenda à Constituição estão na pauta do Senado desta semana e podem ser votadas a partir da sessão de amanhã. Estarão em debate no Plenário temas como o ajuste fiscal, especialmente em estados e municípios, e a redução dos gastos públicos.

O primeiro item em pauta é a PEC 143/2015, que estabelece a desvinculação de receitas dos entes federativos. A proposta, apresentada por Dalírio Beber (PSDB-SC), permite aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios aplicar em outros lugares parte dos recursos hoje atrelados a áreas específicas, como saúde, educação, tecnologia e pesquisa, entre outras.

A PEC será votada em segundo turno, pois já passou pelo primeiro turno na quarta-feira da semana passada.

Controle

Em seguida, há a PEC 45/2009, que será votada em primeiro turno. Ela incorpora à Constituição as atividades de controle interno da administração pública como ouvidoria, controladoria e auditoria.

A PEC 159/2015 e a PEC

110/2015 também poderão ser votadas em primeiro turno. A primeira permite o financiamento da parcela que ultrapassar a média dos cinco anos anteriores do comprometimento percentual da receita corrente líquida com o pagamento de débitos decorrentes de condenações judiciais em precatórios.

Já a PEC 110 restringe a quantidade de cargos em comissão. A proposta, de Aécio Neves (PSDB-MG), tem objetivo de reduzir a máquina pública e torná-la mais eficiente e qualificada tecnicamente, estabelecendo o critério da meritocracia e a realização de concurso público para preenchimento de parte dos cargos comissionados — 50% dos quais terão que ser ocupados por servidores do quadro efetivo da respectiva instituição.

Mulher

A quinta proposta que está na pauta da semana (PEC 43/2012) acrescenta, entre os objetivos da assistência social previstos na Constituição, o amparo à mulher vítima de violência.

A proposta, de Marta Suplicy (PMDB-SP), ainda terá de

passar por quatro sessões de discussão para ser votada em primeiro turno.

As PECs são discutidas e votadas em dois turnos e serão aprovada se obtiverem três quintos dos votos dos senadores (49).

Limite

Também na pauta está o substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 2/2016) ao PLS 330/2011. O projeto regulamenta a parceria entre os produtores rurais e a indústria.

O objetivo é criar um padrão contratual para sanar divergências nos litígios que se referem a fornecimento de insumos, valores devidos, responsabilidades em caso de problema na atividade ou prazos, entre outros. O projeto original é de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), e o substitutivo é do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC).

Há ainda o projeto de resolução (PRS 84/2007) que estabelece limite para a dívida consolidada da União, assim como já existe para estados e municípios. Ela preenche um vazio legal que existe desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001.

Sugestão de texto para aviação é concluída

A Comissão de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) concluiu seus trabalhos na sexta-feira, ao votar as emendas finais ao anteprojeto.

A Consultoria do Senado fará os ajustes da técnica legislativa, trabalho que deve levar cerca de um mês. Depois será marcada a cerimônia oficial em que os especialistas vão entregar o relatório final ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e o texto será posteriormente apreciado pelo Senado, que transformará o anteprojeto em projeto.

O presidente da comissão, Georges de Moura Ferreira, considerou que o trabalho foi realizado “em um tempo relativamente curto, nove meses, e com um texto básico muito bom”.

Ferreira destacou a importância da atualização do CBA, já que o código atual é de 1986. Segundo ele, o novo texto pode trazer benefícios para o usuário, já que prevê mais participação privada e medidas que levam a uma ampliação das companhias, o que pode gerar mais concorrência e permitir preços mais



Comissão de Reforma do Código de Aeronáutica votou últimas emendas na sexta

baixos. Ele também apontou as atualizações de competências e regras administrativas que podem diminuir a burocracia, dando mais dinâmica para o setor aéreo.

Engenheiros, juristas e especialistas do setor aéreo estão entre os 25 membros da comissão que elaboraram o texto. A relatora, Maria Helena Rolim, classificou o trabalho da comissão como “histórico”.

O novo código prevê desonerações em órgãos de fiscalização e regulação, uma série de isenções ao aerodesporto e benefícios aos serviços de táxi-aéreo. Conceitos, sanções, participação de capital exter-

no, novas disposições sobre atraso de voos, regras sobre balonismo e ações em caso de acidentes aéreos também estarão no novo código.

A comissão acatou ainda uma emenda que estabelece que o intercâmbio de aeronaves só poderá ser feito com tripulação brasileira. Outra emenda aceita retirou a isenção de pagamento de taxas para as aeronaves experimentais e esportivas.

A sugestão de atualização do CBA é do senador Vicentinho Alves (PR-TO), que enviou uma mensagem à comissão, agradecendo o empenho de todos os integrantes.



Servidor da Presidência entrega a proposta a representante do Congresso

LDO prevê superavit zero para União em 2017

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, que chegou ao Congresso na sexta-feira, antecipa que o governo federal não fará superavit fiscal (economia para pagar os juros da dívida pública) no ano que vem. A proposta, elaborada pelo Ministério do Planejamento, foi enviada pela Presidência da República dentro do prazo legal, dando início ao novo ciclo orçamentário. A LDO estabelece as regras para a montagem do Orçamento da União para o próximo ano.

O texto proposto pelo Executivo traz possibilidades de redução da meta fiscal que permitiriam, na prática, um déficit de até R\$ 65 bilhões, nas hipóteses de frustração de receitas e necessidade de atendimento de demandas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A dívida bruta do governo foi estimada em 73% do produto interno bruto (PIB), considerada a mais alta já

registrada na série histórica do Banco Central, iniciada em 2006.

Crescimento

Apesar de a União não ter previsão de superavit fiscal, o projeto estima que os estados e os municípios farão economia de R\$ 6,79 bilhões — o equivalente a 0,1% do PIB. A área econômica do governo projetou crescimento do PIB de 1% em 2017, que, se confirmado, sinalizaria novo fôlego à economia após dois anos consecutivos de queda desse indicador.

O projeto prevê ainda queda da inflação e dos juros. A variação da inflação anual, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA), está calculada em 6% — atualmente está em 7,14%. Já a taxa básica de juros (Selic), atualmente estabelecida em 14,15% pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, deverá descer para 12,75% ao ano.

Salário mínimo

A LDO não prevê aumento real do salário mínimo, previsto para R\$ 946 a partir de janeiro de 2017. De acordo com a nova política do mínimo, aprovada em julho, o aumento a cada ano deve ser equivalente à taxa de crescimento do PIB registrada dois anos antes. Como em 2015 o PIB brasileiro teve queda de 3,85%, não haverá correção real do valor do mínimo.

Outro indicador previsto pelo projeto é a taxa média de câmbio. Atualmente na casa de R\$ 3,50, o dólar deve subir para R\$ 4,40 em média no próximo ano.

Ao contrário do ano passado, quando o ministro do Planejamento, Nelson Barbo-

sa, entregou pessoalmente o projeto da LDO ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, a chegada da proposta para 2017 foi discreta. Um servidor da Presidência levou o documento à Secretaria Legislativa do Congresso.

A LDO deve ser votada pelo Congresso até o dia 17 de julho para que os parlamentares possam entrar em recesso. Antes de ir a Plenário, ela é analisada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), que ainda aguarda as indicações pelas lideranças partidárias da Câmara e do Senado para que possa ser instalada.

LDO 2017

- ▶ Meta fiscal do governo federal: **zero**
- ▶ Meta fiscal dos estados e municípios: **R\$ 6,79 bilhões** (equivalente a 0,1% do PIB)
- ▶ Crescimento do PIB: **1%**
- ▶ Inflação: **6%**
- ▶ Taxa Selic: **12,75%**
- ▶ Dólar: **R\$ 4,40**
- ▶ Salário mínimo: **R\$ 946,00** (7,5%, sem aumento real)

Para entender o Orçamento, veja Orçamento Fácil em www.senado.leg.br/orcamentofacil

Impeachment é tema dominante no Plenário

Na sexta-feira, enquanto a Câmara dos Deputados discutia o parecer de Jovair Arantes (PTB-GO) favorável à abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma

Rousseff, o assunto dominante no Plenário do Senado também foi o pedido de afastamento da chefe do Executivo.

Enquanto o jurista Miguel Reale Júnior e o advogado-geral da União José Edu-

ardo Cardozo ocupavam a tribuna da Câmara para, respectivamente, acusar e defender a presidente, senadores e senadoras igualmente pegavam o microfone para condenar ou justificar o processo.

Alvaro Dias pede agilidade na votação do pedido de impedimento no Senado

No caso de a Câmara dos Deputados aprovar a abertura de processo de impeachment de Dilma Rousseff, o Senado deve ser ágil na análise do afastamento da presidente. Foi o que defendeu o senador Alvaro Dias (PV-PR). Para ele, a sociedade quer que essa questão seja resolvida o quanto antes.

— Não há razão para adotar procedimentos protelatórios. O Brasil já esperou demais. Quer virar essa página e espera do Senado responsabilidade no julgamento da presidente.

O senador reafirmou ser favorável ao impeachment e garantiu que o processo de afastamento tem bases jurídicas: as pedaladas fiscais comprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Há ainda, de acordo com Alvaro, razões políticas e éticas. Ele lembrou que já no julgamento do mensalão, em 2012, o então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, classificou o esquema como a ação de uma “sofisticada quadrilha”.



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Vanessa Grazziotin, a imprensa faz campanha a favor da saída da presidente

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que a população está sendo orientada pela grande mídia, que promove uma verdadeira “guerra dos números” ao divulgar os votos dos deputados contra e a favor do impeachment.

— O que a imprensa brasileira publica mais parece uma tentativa de indução do que, pura e simplesmente, de levar a notícia à população, tamanha a parcialidade dos meios de comunicação.

Segundo Vanessa, se o processo de impeachment chegar ao Senado, a Operação Lava Jato e a Petrobras não poderão ser citadas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Ela disse esperar que, se Dilma ficar, os que defenderam o impeachment tenham a “brasilidade” de dizer que o povo brasileiro é maior do que as suas pretensões políticas. Mas a senadora entende que o Brasil vai retroceder nas conquistas sociais caso o vice-presidente Michel Temer assuma a presidência.



Marcos Oliveira/Agência Senado

“Posição do STF garante que nossa democracia não corre risco”, diz Ferraço

Para o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o posicionamento do STF deixa claro que as leis estão sendo seguidas no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ele rebateu o discurso do governo de que haveria um golpe em curso no país.

— A democracia correria risco se a Polícia Federal, o Judiciário e o Parlamento não estivessem atuando com liberdade e autonomia — frisou.

De acordo com Ferraço, cabe ao Congresso determinar se houve ou não crime de responsabilidade da presidente na edição de decretos de crédito suplementar em 2015 sem autorização do Legislativo e em operações de crédito ilegais.

Para ele, o mandato de presidente da República, assim como o de parlamentar, não admite transgressão às leis:

— Mandato é uma delegação da sociedade por tempo determinado. Mas o voto popular não é e nunca será um cheque em branco — avaliou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

País pode mergulhar na instabilidade com destituição, adverte Humberto Costa

Na avaliação de Humberto Costa (PT-PE), o país pode entrar numa etapa de instabilidade jurídica se prosseguir o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff sem comprovação de crime de responsabilidade. Para ele, isso abre caminho para que, no futuro, qualquer presidente da República seja igualmente afastado.

— Isso me preocupa, porque estamos banalizando coisa muito séria, que é exatamente o impeachment, a maior pena que pode ser aplicada contra um presidente — afirmou.

O senador entende que as pedaladas fiscais e os decretos orçamentários sem autorização legislativa “não passam de simples desvios administrativos”.

De acordo com ele, os que foram derrotados nas urnas em 2014 estão desrespeitando a Constituição e usando um “atalho” para chegar ao poder. Ele apontou o vice-presidente Michel Temer, em conluio com o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, como “mentor” de um golpe.



Gerardo Magela/Agência Senado

Fátima Bezerra afirma que “golpistas” querem abafar Operação Lava Jato

Fátima Bezerra (PT-RN) destacou a declaração feita pelo presidente nacional do PT, Rui Falcão, segundo a qual os articuladores do impeachment da presidente Dilma Rousseff têm a intenção de abafar as investigações da Operação Lava Jato.

— Isso é muito grave, porque os que vão às ruas e que apoiam o golpe, achando que, com isso, acabarão com a corrupção no país, na verdade estão sendo utilizados como massa de manobra.

Fátima criticou o fato de que grande parte dos que querem condenar a presidente estão sendo julgados. A senadora citou reportagem publicada na sexta-feira pelo jornal *New York Times*, afirmando que Dilma não responde por nenhum crime, mas será julgada por vários parlamentares acusados de corrupção. Para ela, o impeachment é um golpe, porque o pedido é “uma farsa”: os discursos proferidos na Câmara a favor do impeachment mencionam a Operação Lava Jato e a Petrobras, mas não crime de responsabilidade.



Gerardo Magela/Agência Senado

Paim vê “maldades embutidas” em propostas econômicas do PMDB

Ao criticar o processo de impeachment, Paulo Paim (PT-RS) se disse preocupado com os direitos de trabalhadores, aposentados e pensionistas num possível governo do PMDB.

Ele criticou o documento *Ponte para o Futuro*, apresentado pelo vice-presidente Michel Temer alegando que as propostas contidas no texto, feitas para apontar saídas para a crise econômica, na verdade, estão cheias de “maldades embutidas”.

Paulo Paim apresentou uma lista de quase 60 projetos em tramitação no Congresso Nacional, os quais, segundo ele, ameaçam seriamente conquistas sociais dos brasileiros. O senador informou que continuará lutando para impedir que as proposições passem pelo Parlamento.

— Lançamos duas frentes parlamentares: em Defesa da Previdência e em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores. Se esses projetos forem aprovados, teremos tempos muitos difíceis pela frente — previu.



Gerardo Magela/Agência Senado

Regina Sousa coloca em dúvida o futuro com Temer e Cunha à frente do país

Regina Sousa (PT-PI) afirmou que a presidente Dilma Rousseff não cometeu qualquer tipo de crime de responsabilidade e que, por isso, o processo de impeachment contra ela não tem fundamento.

— É golpe, sim! Qual é o futuro desse país com Temer presidente e Cunha vice?

Para ela, grande parte da população brasileira está sendo usada como massa de manobra por políticos que desejam derrubar a presidente, como Eduardo Cunha. Ao contrário de Dilma, frisou a senadora, Cunha é réu por crimes investigados pela Operação Lava Jato, e a própria Procuradoria-Geral da República já pediu seu afastamento do comando da Câmara.

Se Temer virar presidente, avalia Regina Sousa, programas sociais como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e ProUni correm risco de serem extintos gradativamente e a política de valorização do salário mínimo pode ser cancelada.



Gerardo Magela/Agência Senado

Afastamento não deve ser atalho para a conquista do poder, avalia Ângela Portela

Ao considerar a tentativa de afastamento da presidente Dilma Rousseff “ilegal e ilegítima”, Ângela Portela (PT-RR) afirmou que o impeachment não deve ser usado como atalho para a conquista do poder. A senadora observou que a busca do impedimento da chefe do governo não ajuda o país e só serve ao “jogo de poder da oposição impopular”.

Ela disse que se sentiu constrangida ao observar que o impeachment é comandado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, “que é réu no STF”. Segundo ela, Dilma é “uma mulher íntegra, que tem trabalhado com seriedade” no governo.

O crime que está sendo atribuído à presidente, prática de pedaladas fiscais, é recorrente em governos estaduais, na avaliação da senadora.

Ângela disse que Dilma tem propostas para resolver a crise econômica, mas, nesses primeiros 15 meses de seu segundo mandato, enfrenta uma “oposição ferrenha e cruel”.



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Telmário, oposição engana o povo ao tentar associar Dilma à Operação Lava Jato

Telmário Mota (PDT-RR) acusou a oposição de tentar iludir os brasileiros levando-os a acreditar que a presidente Dilma Rousseff está envolvida na Operação Lava Jato. Todavia, advertiu, quem está sendo acusado pelo Ministério Público é o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

— Golpista, juntamente com essa elite perversa, sem compromisso com a nação e acobertados por um grande meio de comunicação.

Ele também fez críticas a Michel Temer. Segundo Telmário, as propostas do PMDB contidas no documento *Ponte para o Futuro* só olham para o capital internacional e para as grandes empresas, “que agem como um tubarão, comendo e destruindo tudo”.

— O vice usufruiu da confiança da presidente e a toda hora a apunhalava, de forma vingativa. Agora, com mão de ferro, estão tocando o processo de impeachment — disse.



Gerardo Magela/Agência Senado